

Cultura e desenvolvimento: conceitos revistados

Cultura y desarrollo: conceptos revisitados

Culture and development: revisited concepts

Ruy Sardinha Lopes

Doutor em Filosofia. Professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – IAU-USP

Contato: rsard@sc.usp.br



Resumo

O presente artigo analisa as diversas acepções do binômio cultura e desenvolvimento, do século XIX às atuais concepções das agências multilaterais, tendo por objetivo contribuir para o debate sobre as políticas culturais e a economia política da cultura na contemporaneidade.

Palavras-chave: Cultura. Desenvolvimento. Criatividade. Políticas culturais. ONU.

Resumen

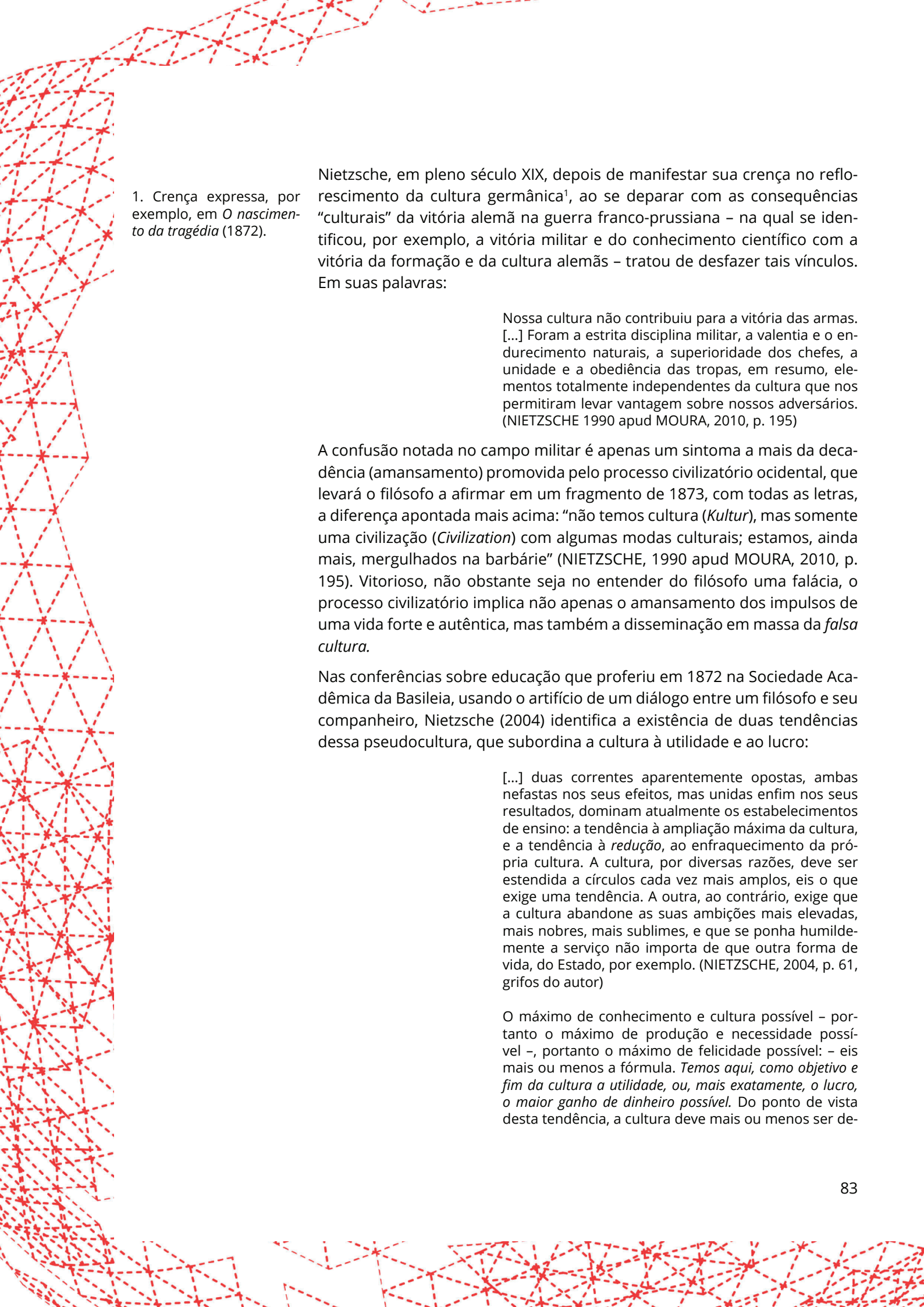
El presente artículo analiza las diversas acepciones del binomio cultura y desarrollo, del siglo XIX a las actuales concepciones de las agencias multilaterales, teniendo como objetivo contribuir al debate sobre las políticas culturales y la economía política de la cultura contemporánea.

Palabras clave: Cultura. Desarrollo. Creatividad. Políticas culturales. ONU.

Abstract

The present article analyzes the many different interpretations of the binomial culture-development from the 19th century to the current concepts of multilateral agencies, with the purpose of contributing to the debate over cultural policies and cultural political economy in modern times.

Keywords: Culture. Development. Creativity. Cultural policies. UN.



1. Crença expressa, por exemplo, em *O nascimento da tragédia* (1872).

Nietzsche, em pleno século XIX, depois de manifestar sua crença no reflorescimento da cultura germânica¹, ao se deparar com as consequências “culturais” da vitória alemã na guerra franco-prussiana – na qual se identificou, por exemplo, a vitória militar e do conhecimento científico com a vitória da formação e da cultura alemãs – tratou de desfazer tais vínculos. Em suas palavras:


Nossa cultura não contribuiu para a vitória das armas. [...] Foram a estrita disciplina militar, a valentia e o endurecimento naturais, a superioridade dos chefes, a unidade e a obediência das tropas, em resumo, elementos totalmente independentes da cultura que nos permitiram levar vantagem sobre nossos adversários. (NIETZSCHE 1990 apud MOURA, 2010, p. 195)

A confusão notada no campo militar é apenas um sintoma a mais da decadência (amansamento) promovida pelo processo civilizatório ocidental, que levará o filósofo a afirmar em um fragmento de 1873, com todas as letras, a diferença apontada mais acima: “não temos cultura (*Kultur*), mas somente uma civilização (*Civilization*) com algumas modas culturais; estamos, ainda mais, mergulhados na barbárie” (NIETZSCHE, 1990 apud MOURA, 2010, p. 195). Vitorioso, não obstante seja no entender do filósofo uma falácia, o processo civilizatório implica não apenas o amansamento dos impulsos de uma vida forte e autêntica, mas também a disseminação em massa da *falsa cultura*.

Nas conferências sobre educação que proferiu em 1872 na Sociedade Acadêmica da Basileia, usando o artifício de um diálogo entre um filósofo e seu companheiro, Nietzsche (2004) identifica a existência de duas tendências dessa pseudocultura, que subordina a cultura à utilidade e ao lucro:

[...] duas correntes aparentemente opostas, ambas nefastas nos seus efeitos, mas unidas enfim nos seus resultados, dominam atualmente os estabelecimentos de ensino: a tendência à ampliação máxima da cultura, e a tendência à *redução*, ao enfraquecimento da própria cultura. A cultura, por diversas razões, deve ser estendida a círculos cada vez mais amplos, eis o que exige uma tendência. A outra, ao contrário, exige que a cultura abandone as suas ambições mais elevadas, mais nobres, mais sublimes, e que se ponha humildemente a serviço não importa de que outra forma de vida, do Estado, por exemplo. (NIETZSCHE, 2004, p. 61, grifos do autor)

O máximo de conhecimento e cultura possível – portanto o máximo de produção e necessidade possível –, portanto o máximo de felicidade possível: – eis mais ou menos a fórmula. *Temos aqui, como objetivo e fim da cultura a utilidade, ou, mais exatamente, o lucro, o maior ganho de dinheiro possível.* Do ponto de vista desta tendência, a cultura deve mais ou menos ser de-



finida como o discernimento graças ao qual alguém se mantém 'no cume de sua época', graças ao qual se conhecem todos os caminhos que permitem mais facilmente ganhar dinheiro, graças ao qual se possuem todos os meios pelos quais se dá o comércio entre os homens e os povos. [...] Segundo esta perspectiva, se chega mesmo a odiar toda cultura que torne solitário, que proponha fins para além do dinheiro e do ganho, ou que demande muito tempo. (NIETZSCHE, 2004, p. 61-62, grifo nosso)


Mas acreditei, por outro lado, poder ouvir de outros lados uma outra canção, menos retumbante certamente, mas com a mesma ênfase, aquela da *redução da cultura* [...] a utilização tão desejada em nossos dias do erudito a serviço de sua disciplina torna a *cultura* do erudito cada vez mais aleatória e inverossímil. Pois o campo de estudo das ciências é hoje tão extenso, que aquele que, com boas disposições mas não excepcionais, quer aí produzir algo, se consagrará a uma especialidade muito particular e não terá qualquer preocupação com todas as outras. (NIETZSCHE, 2004, p. 63, grifos do autor)

Não é nosso intuito, aqui, analisar ou nos somar às controversas posições nietzschianas, nem mesmo aderir a certa nostalgia em torno de uma cultura cujas condições históricas não a tornam mais possível. Queremos, com essa breve alusão, simplesmente chamar atenção para dois aspectos que nos parecem importantes para a reflexão atual: a oposição entre cultura e civilização (ou, em termos mais atuais, entre cultura e desenvolvimento econômico) e a disseminação de uma pseudocultura amansada e afeita às necessidades econômicas.

Cultura & civilização

Já aprendemos com Raymond Williams (2001) o quão complexo, polissêmico – de atividade material a substantivo abstrato – e capaz de reunir em si ideias distintas é o termo cultura, de modo que seu conteúdo semântico se caracteriza como um campo de disputas e suas diferentes conceituações revelam posicionamentos de classes divergentes. Como afirma Azevedo (2017, p. 211), para Williams (2001) as várias dimensões simbólicas do termo cultura podem ser cristalizadas em três conceitos principais:

a) Cultura como “ideal”. Nessa definição, a cultura é um estado ou processo de perfeição humana, definidos nos termos de certos valores absolutos ou universais. A análise da cultura torna-se aqui, essencialmente, a descoberta e descrição, em vidas e trabalhos, daqueles valores que podem ser vistos como compondo uma ordem atemporal, ou como fazendo referência permanente à condição humana universal.

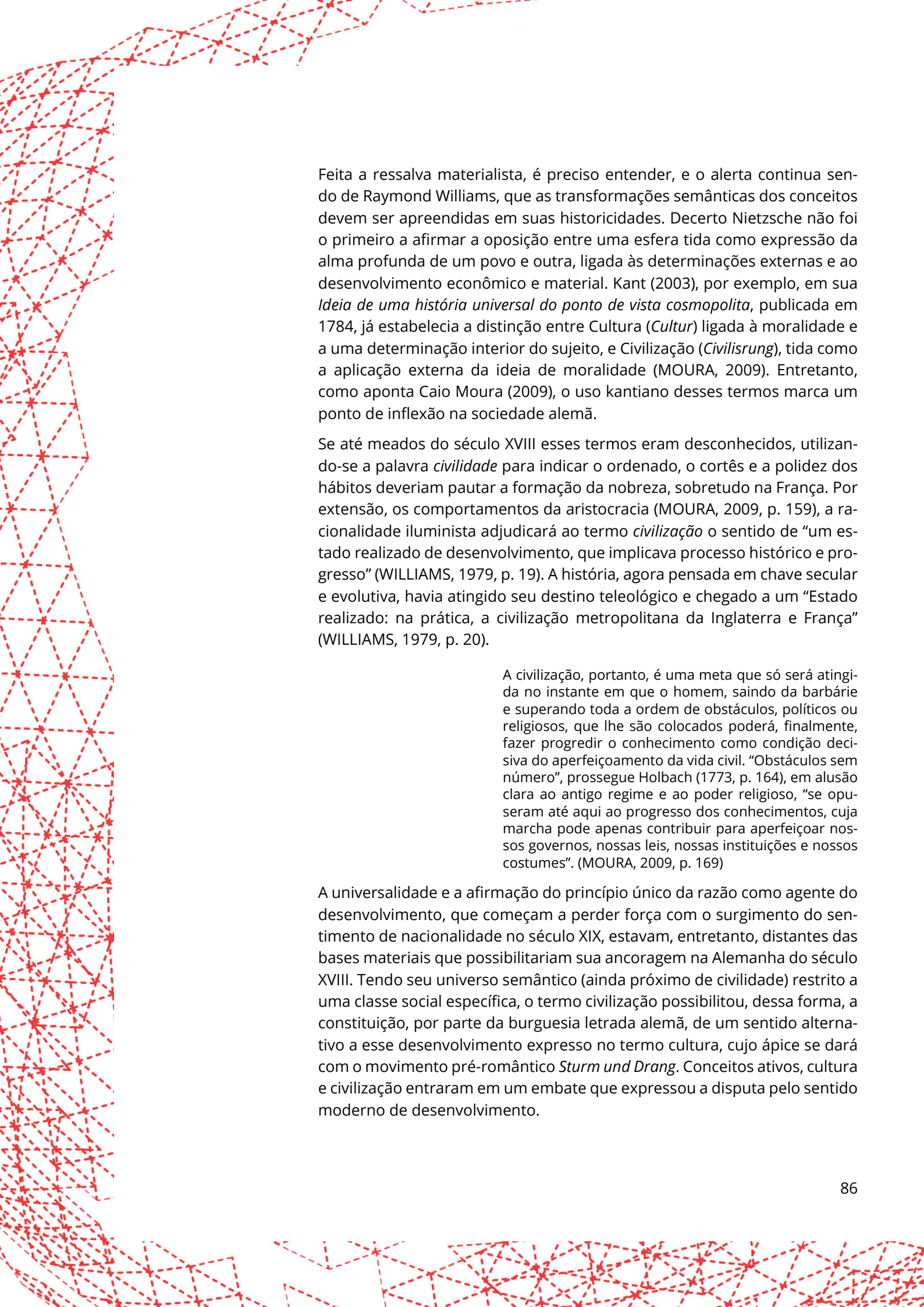


2. Ao recuperar o conceito de Marx do ser social como determinante da consciência, isto é, aquele segundo o qual “os homens fazem sua própria história dentro de certos limites que são definidos pelas condições de seu desenvolvimento social, condições que são, elas mesmas, profundamente afetadas pelo estado de suas relações econômicas, que são, por sua vez, relacionadas a um estágio particular do modo de produção” (WILLIAMS, 1975, p. 71 apud GLASER, 2008, p.52), Williams permite que se vejam a produção e reprodução da cultura não somente como processos imersos e inseparáveis das relações sociais herdadas, o que não significa, por outro lado, a inexistência de lógicas próprias, sendo pois central a suas formulações justamente a apreensão da relação complexa que as articula.

b) Cultura como “documentação”. A cultura é o corpo dos trabalhos intelectuais e imaginativos em que o pensamento e a experiência humana ficaram vária e detalhadamente registrados. A análise da cultura, nessa perspectiva, cabe à atividade crítica, que descreve e valoriza a concepção e a experiência, bem como os detalhes de linguagem, forma e convenções em que estas se fazem ativas. Essa atividade crítica pode ser: 1) um processo de “análise ideal”, isto é, a tentativa de expor o “melhor que tem sido pensado e escrito no mundo” (WILLIAMS, 2001, p. 57); 2) um processo que, mesmo interessado na tradição, enfatiza o trabalho particular sendo estudado (buscando sua clarificação e valorização); 3) uma modalidade histórica de crítica, que examina trabalhos particulares procurando relacioná-los às sociedades e tradições particulares em que apareceram.

c) Cultura como “modo de vida”. Nessa definição, de natureza social ou sociológica, a cultura refere-se a estilos de vida particulares, articulados por meio de significados e valores comuns, oriundos de instituições e expressos no comportamento ordinário. A análise da cultura torna-se, aqui, a clarificação desses significados e valores, sejam eles implícitos ou explícitos. Tal análise abrangerá a crítica histórica já referida em “b” — ou seja, a análise de trabalhos intelectuais em referência às sociedades e tradições particulares nas quais foram criados —, mas incluirá também o exame de elementos do modo de vida que os seguidores da segunda definição provavelmente não considerariam “cultura” (a organização da produção, a estrutura da família, as instituições que expressam ou governam as relações sociais, as formas da comunicação social etc.). Novamente, a análise irá variar, no âmbito dessa definição, de uma ênfase no “ideal” (a descoberta de valores absolutos ou universais, ou pelo menos mais altos ou baixos), passando pelas práticas “documentadoras”, desta feita voltadas à clarificação de um modo de vida particular, até o estudo propriamente dito de significados e valores particulares, buscando não tanto compará-los (como forma de estabelecer uma “escala”), mas, pelo estudo desses modos de mudança, “descobrir certas ‘leis’ ou ‘tendências’ gerais, pelas quais o desenvolvimento social e cultural como um todo pode ser mais bem compreendido”. (WILLIAMS, 2001, p. 58)

Por outro lado, ao expressar tanto valores universais quanto modos de vida particulares e os processos materiais por meio dos quais tais dimensões são modeladas e cristalizadas, o conceito de cultura traz em si a inseparabilidade entre a produção material e simbólica. Por isso, o esforço do materialismo cultural de Williams em elaborar um conceito de cultura que superasse tal separação presente tanto no pensamento cultural idealista quanto em certas vertentes do pensamento marxista ortodoxo².

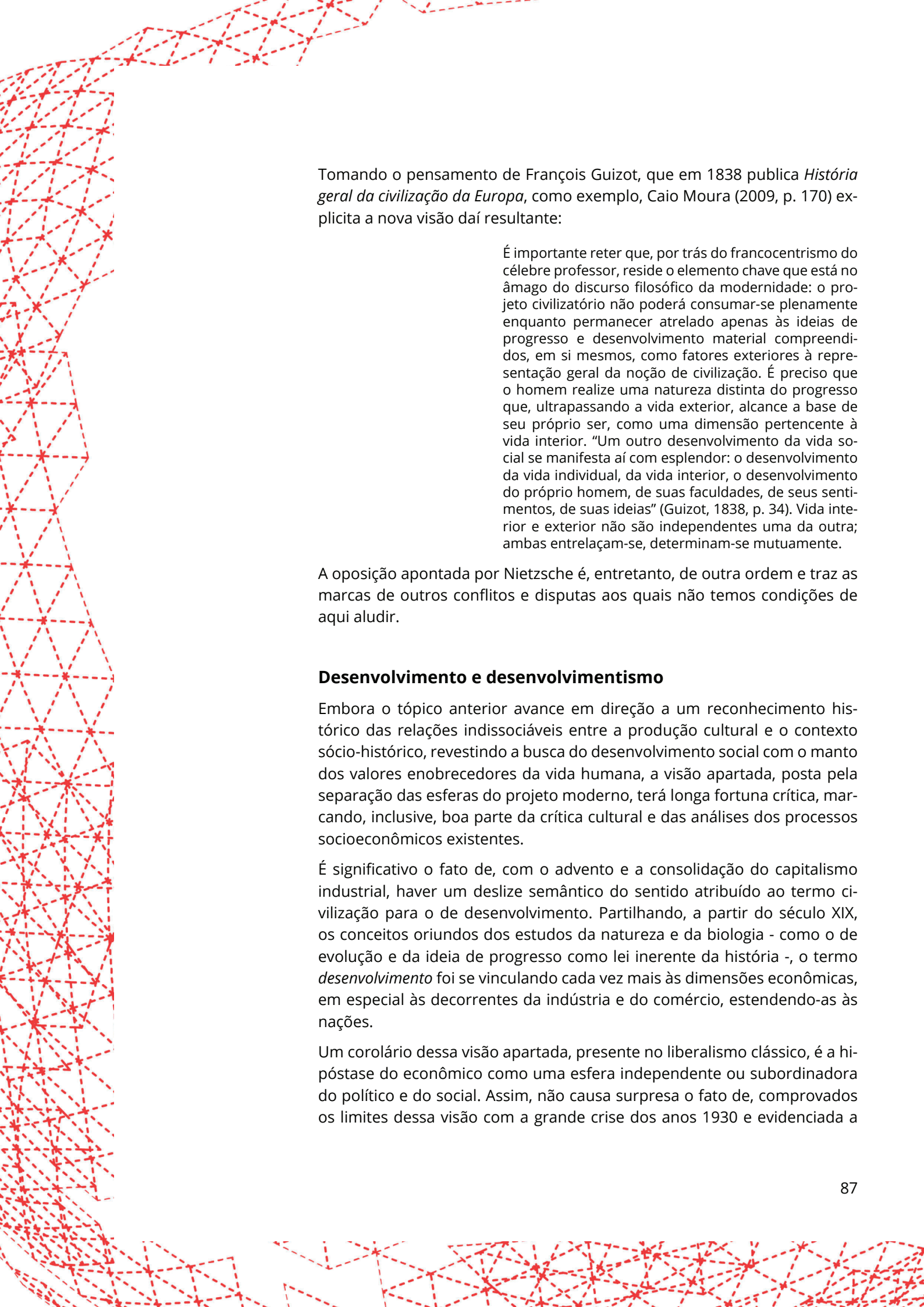


Feita a ressalva materialista, é preciso entender, e o alerta continua sendo de Raymond Williams, que as transformações semânticas dos conceitos devem ser apreendidas em suas historicidades. Decerto Nietzsche não foi o primeiro a afirmar a oposição entre uma esfera tida como expressão da alma profunda de um povo e outra, ligada às determinações externas e ao desenvolvimento econômico e material. Kant (2003), por exemplo, em sua *Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita*, publicada em 1784, já estabelecia a distinção entre Cultura (*Cultur*) ligada à moralidade e a uma determinação interior do sujeito, e Civilização (*Civilisrung*), tida como a aplicação externa da ideia de moralidade (MOURA, 2009). Entretanto, como aponta Caio Moura (2009), o uso kantiano desses termos marca um ponto de inflexão na sociedade alemã.

Se até meados do século XVIII esses termos eram desconhecidos, utilizando-se a palavra *civilidade* para indicar o ordenado, o cortês e a polidez dos hábitos deveriam pautar a formação da nobreza, sobretudo na França. Por extensão, os comportamentos da aristocracia (MOURA, 2009, p. 159), a racionalidade iluminista adjudicará ao termo *civilização* o sentido de “um estado realizado de desenvolvimento, que implicava processo histórico e progresso” (WILLIAMS, 1979, p. 19). A história, agora pensada em chave secular e evolutiva, havia atingido seu destino teleológico e chegado a um “Estado realizado: na prática, a civilização metropolitana da Inglaterra e França” (WILLIAMS, 1979, p. 20).

A civilização, portanto, é uma meta que só será atingida no instante em que o homem, saindo da barbárie e superando toda a ordem de obstáculos, políticos ou religiosos, que lhe são colocados poderá, finalmente, fazer progredir o conhecimento como condição decisiva do aperfeiçoamento da vida civil. “Obstáculos sem número”, prossegue Holbach (1773, p. 164), em alusão clara ao antigo regime e ao poder religioso, “se opuseram até aqui ao progresso dos conhecimentos, cuja marcha pode apenas contribuir para aperfeiçoar nossos governos, nossas leis, nossas instituições e nossos costumes”. (MOURA, 2009, p. 169)

A universalidade e a afirmação do princípio único da razão como agente do desenvolvimento, que começam a perder força com o surgimento do sentimento de nacionalidade no século XIX, estavam, entretanto, distantes das bases materiais que possibilitariam sua ancoragem na Alemanha do século XVIII. Tendo seu universo semântico (ainda próximo de civilidade) restrito a uma classe social específica, o termo civilização possibilitou, dessa forma, a constituição, por parte da burguesia letrada alemã, de um sentido alternativo a esse desenvolvimento expresso no termo cultura, cujo ápice se dará com o movimento pré-romântico *Sturm und Drang*. Conceitos ativos, cultura e civilização entraram em um embate que expressou a disputa pelo sentido moderno de desenvolvimento.



Tomando o pensamento de François Guizot, que em 1838 publica *História geral da civilização da Europa*, como exemplo, Caio Moura (2009, p. 170) explicita a nova visão daí resultante:

É importante reter que, por trás do francocentrismo do célebre professor, reside o elemento chave que está no âmago do discurso filosófico da modernidade: o projeto civilizatório não poderá consumir-se plenamente enquanto permanecer atrelado apenas às ideias de progresso e desenvolvimento material compreendidos, em si mesmos, como fatores exteriores à representação geral da noção de civilização. É preciso que o homem realize uma natureza distinta do progresso que, ultrapassando a vida exterior, alcance a base de seu próprio ser, como uma dimensão pertencente à vida interior. “Um outro desenvolvimento da vida social se manifesta aí com esplendor: o desenvolvimento da vida individual, da vida interior, o desenvolvimento do próprio homem, de suas faculdades, de seus sentimentos, de suas ideias” (Guizot, 1838, p. 34). Vida interior e exterior não são independentes uma da outra; ambas entrelaçam-se, determinam-se mutuamente.

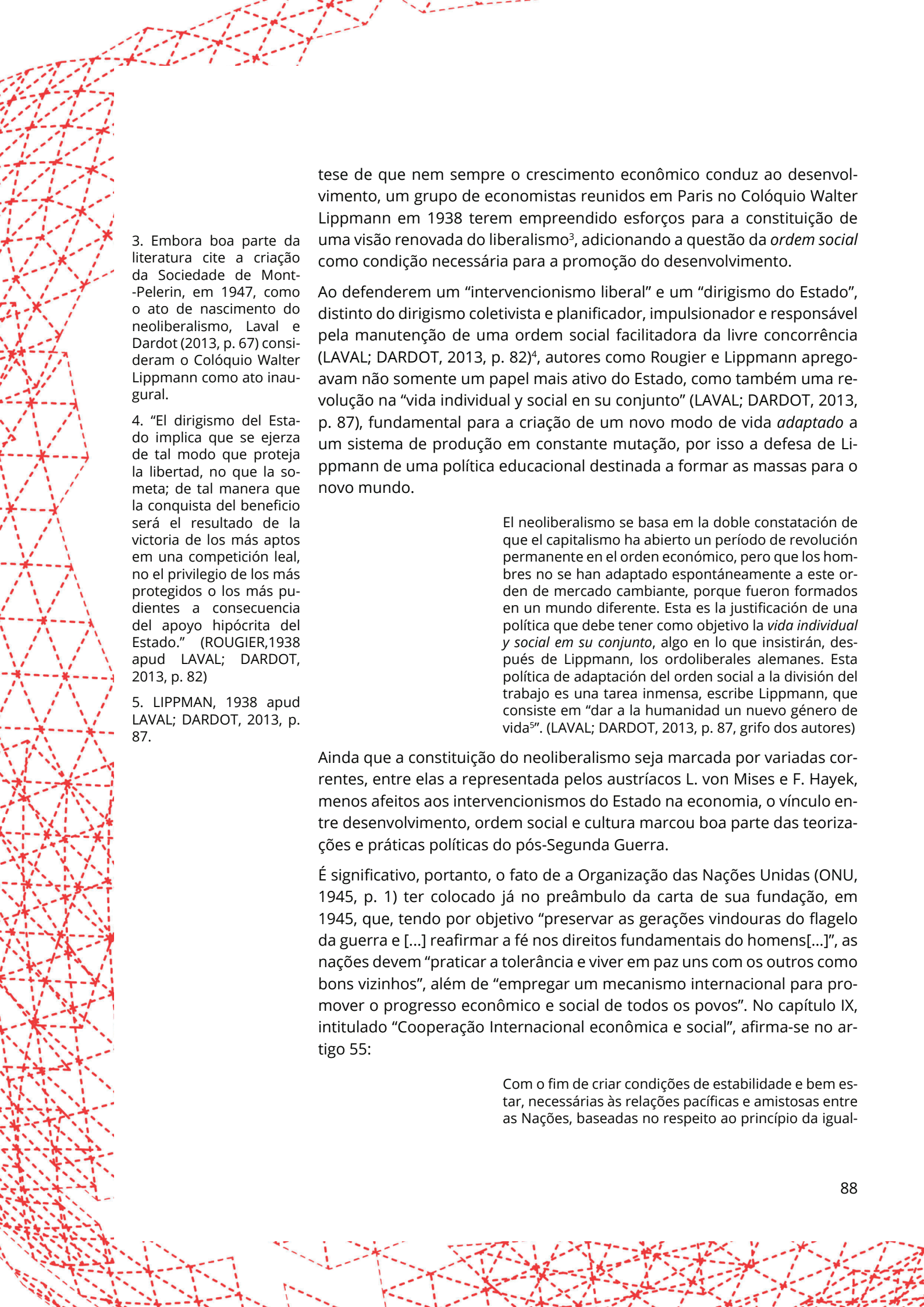
A oposição apontada por Nietzsche é, entretanto, de outra ordem e traz as marcas de outros conflitos e disputas aos quais não temos condições de aqui aludir.

Desenvolvimento e desenvolvimentismo

Embora o tópico anterior avance em direção a um reconhecimento histórico das relações indissociáveis entre a produção cultural e o contexto sócio-histórico, revestindo a busca do desenvolvimento social com o manto dos valores enobrecedores da vida humana, a visão apartada, posta pela separação das esferas do projeto moderno, terá longa fortuna crítica, marcando, inclusive, boa parte da crítica cultural e das análises dos processos socioeconômicos existentes.

É significativo o fato de, com o advento e a consolidação do capitalismo industrial, haver um deslize semântico do sentido atribuído ao termo civilização para o de desenvolvimento. Partilhando, a partir do século XIX, os conceitos oriundos dos estudos da natureza e da biologia - como o de evolução e da ideia de progresso como lei inerente da história -, o termo *desenvolvimento* foi se vinculando cada vez mais às dimensões econômicas, em especial às decorrentes da indústria e do comércio, estendendo-as às nações.

Um corolário dessa visão apartada, presente no liberalismo clássico, é a hipótese do econômico como uma esfera independente ou subordinadora do político e do social. Assim, não causa surpresa o fato de, comprovados os limites dessa visão com a grande crise dos anos 1930 e evidenciada a



3. Embora boa parte da literatura cite a criação da Sociedade de Mont-Pelerin, em 1947, como o ato de nascimento do neoliberalismo, Laval e Dardot (2013, p. 67) consideram o Colóquio Walter Lippmann como ato inaugural.

4. “El dirigismo del Estado implica que se ejerza de tal modo que proteja la libertad, no que la someta; de tal manera que la conquista del beneficio será el resultado de la victoria de los más aptos em una competición leal, no el privilegio de los más protegidos o los más pudientes a consecuencia del apoyo hipócrita del Estado.” (ROUGIER, 1938 apud LAVAL; DARDOT, 2013, p. 82)

5. LIPPMAN, 1938 apud LAVAL; DARDOT, 2013, p. 87.

tese de que nem sempre o crescimento econômico conduz ao desenvolvimento, um grupo de economistas reunidos em Paris no Colóquio Walter Lippmann em 1938 terem empreendido esforços para a constituição de uma visão renovada do liberalismo³, adicionando a questão da *ordem social* como condição necessária para a promoção do desenvolvimento.

Ao defenderem um “intervencionismo liberal” e um “dirigismo do Estado”, distinto do dirigismo coletivista e planificador, impulsionador e responsável pela manutenção de uma ordem social facilitadora da livre concorrência (LAVAL; DARDOT, 2013, p. 82)⁴, autores como Rougier e Lippmann apregoavam não somente um papel mais ativo do Estado, como também uma revolução na “vida individual y social en su conjunto” (LAVAL; DARDOT, 2013, p. 87), fundamental para a criação de um novo modo de vida *adaptado* a um sistema de produção em constante mutação, por isso a defesa de Lippmann de uma política educacional destinada a formar as massas para o novo mundo.

El neoliberalismo se basa em la doble constatación de que el capitalismo ha abierto un período de revolución permanente en el orden económico, pero que los hombres no se han adaptado espontáneamente a este orden de mercado cambiante, porque fueron formados en un mundo diferente. Esta es la justificación de una política que debe tener como objetivo la *vida individual y social em su conjunto*, algo en lo que insistirán, después de Lippmann, los ordoliberales alemanes. Esta política de adaptación del orden social a la división del trabajo es una tarea inmensa, escribe Lippmann, que consiste em “dar a la humanidad un nuevo género de vida⁵”. (LAVAL; DARDOT, 2013, p. 87, grifo dos autores)

Ainda que a constituição do neoliberalismo seja marcada por variadas correntes, entre elas a representada pelos austríacos L. von Mises e F. Hayek, menos afeitos aos intervencionismos do Estado na economia, o vínculo entre desenvolvimento, ordem social e cultura marcou boa parte das teorias e práticas políticas do pós-Segunda Guerra.

É significativo, portanto, o fato de a Organização das Nações Unidas (ONU, 1945, p. 1) ter colocado já no preâmbulo da carta de sua fundação, em 1945, que, tendo por objetivo “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra e [...] reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homens[...]”, as nações devem “praticar a tolerância e viver em paz uns com os outros como bons vizinhos”, além de “empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos”. No capítulo IX, intitulado “Cooperação Internacional econômica e social”, afirma-se no artigo 55:

Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igual-

6. Ver PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Página inicial. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

7. Entretanto, como observam Machado e Pamplona (2008.p. 61), “partir da ideia de Desenvolvimento Humano contida nos Relatórios de Desenvolvimento Humano parece ser adequado para tratar do paradigma teórico associado ao PNUD. Aqui, no entanto, cabe uma ressalva. Como bem lembra Klingebiel (1999, p. 3), o Relatório de Desenvolvimento Humano, embora seja publicado pelo PNUD, não deve ser ‘equiparado’ de maneira unívoca com a instituição ou com suas políticas. Segundo o autor, as disputas políticas ocorridas no seio de seu *Governing Council* no início da década de 1990 mostravam a falta de consenso político em relação à aceitação total dos relatórios em termos conceituais e também práticos. O próprio relatório de 2001 (UNDP, 2001, p. iv), por exemplo, traz em seu rodapé observação nesse sentido, afirmando que o relatório era independente e que suas análises e recomendações não necessariamente refletiam as visões do PNUD, do seu Executive Board ou de seus países-membros”.

dade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:

a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;

b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e

c) o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 18)

Se, portanto, desde a sua criação, a equação paz e desenvolvimento econômico se constitui, será na década de 1960 - declarada a “década do desenvolvimento” -, que as Nações Unidas criarão várias organizações para esse fim, entre elas a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1965.

Tido como um dos principais programas de fomento ao desenvolvimento do mundo - presente em aproximadamente 170 países e territórios⁶ -, o PNUD, e muito embora tenha num primeiro momento carecido de um perfil específico, foi ao longo dos anos incorporando contribuições de diversas conferências internacionais sobre meio-ambiente, alimentação, população e emprego, alargando, dessa forma, o conceito empregado de desenvolvimento de modo a envolver a dimensão humana⁷.

Em 1986, a ONU lança a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (DDD), na qual, além de reafirmar a paz e a segurança como elementos imprescindíveis para a realização do desenvolvimento, soma à dimensão econômica as dimensões social, cultural e política.

Artigo 1º - O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1986)

Em 1990, ano em que o PNUD lança seu *Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano*, os conceitos de *desenvolvimento humano* e de *índice de desenvolvimento humano* são firmados, tendo sua consolidação no relatório lançado em 1994, no qual se aponta a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento que

[...] coloque o ser humano no centro do desenvolvimento, considere o crescimento econômico como um

8. Em 1972, a ONU elaborou a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo. Entre outras medidas, foi criado, nessa ocasião, um organismo para a coordenação das atividades da ONU no tocante ao meio ambiente - o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 1974, como resultado da reunião entre o PNUMA e a UNCTAD, foi elaborada a Declaração de Cooyok, outro marco importante no debate sobre desenvolvimento e meio ambiente, que responsabilizou a pobreza pela explosão demográfica e pela destruição dos recursos naturais.

9. Criada pela ONU em 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, publica em 1987 o referido relatório com o objetivo de dar maior relevância ao tema e propor novas formas de cooperação internacional.

10. Como nota Raymond Williams (2007, p. 134), "Cada um dos sentidos de subdesenvolvido se associou a uma concepção de sociedades pobres, coloniais ou ex-colônias como lugares nos quais ideias já estabelecidas de desenvolvimento deveriam ser aplicadas. Seguiu-se-lhe uma descrição mais lisonjeira dessas sociedades como 'em desenvolvimento' ou 'em processo de desenvolvimento'".

meio e não como um fim, proteja as oportunidades de vida das futuras gerações do mesmo modo que as das gerações atuais e respeite os sistemas naturais dos quais dependem todos os seres vivos. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1994, p. 5)

Outro conceito que teve uma história paralela ao de desenvolvimento, embora mais ligado ao ambientalismo e às questões climáticas, que aos poucos vai sendo incorporado ao discurso e às políticas promovidas pela agência é o de *sustentabilidade*. Datam dos anos 1970 os primeiros estudos da ONU sobre as mudanças climáticas⁸, sendo a partir de 1987, com o documento "Nosso Futuro Comum", também conhecido como Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento⁹, que o conceito se consolida. Outro momento importante, não obstante as críticas que recebeu, foi a realização, em 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, ao afirmar as três dimensões constitutivas do desenvolvimento: o crescimento econômico, a inclusão social e o equilíbrio ambiental.

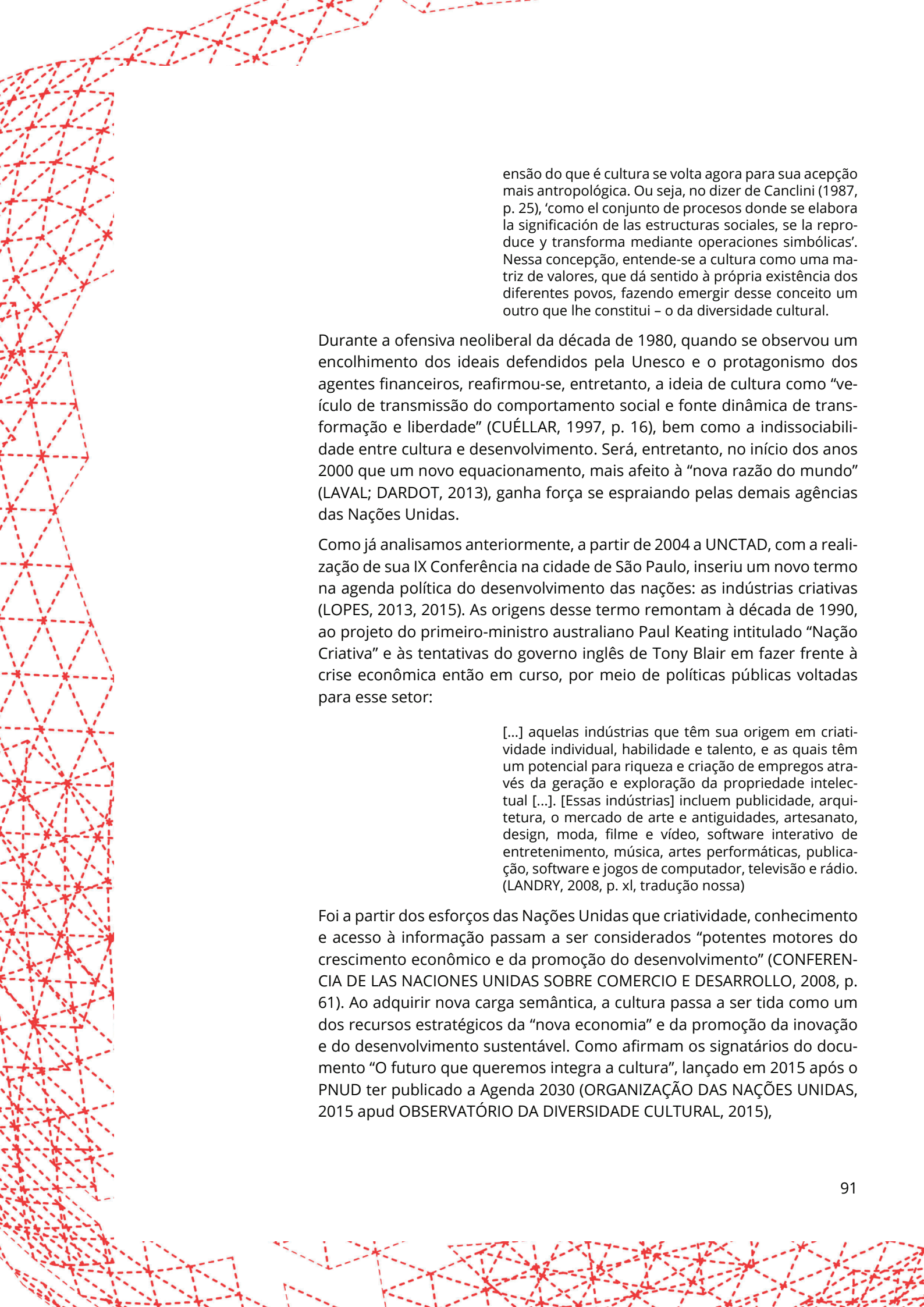
Cultura para o desenvolvimento

Não obstante o fato de as relações entre cultura e desenvolvimento se fazerem presentes, desde sua origem, nas diversas agências e convenções das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) será o lugar onde seu desenvolvimento conceitual terá maior espaço. Em sintonia com o ambiente social e político da chamada Guerra Fria e partilhando com as Nações Unidas o significado da educação e da cultura como fontes de paz duradoura entre as nações, adotou-se, num primeiro momento, um conceito ainda restrito de cultura, com ações voltadas para a salvaguarda e preservação do patrimônio artístico e cultural, os direitos de autor e a difusão cultural.

Nos anos 1960, com a discussão sobre o chamado Terceiro Mundo e a difusão dos conceitos de nações subdesenvolvidas e "em desenvolvimento"¹⁰, a ONU lançou a ideia de "década do desenvolvimento". Assim, o surgimento do conceito de políticas culturais, o conceito de cultura se ampliará e serão adotadas ações mais objetivas voltadas a esses agentes, em especial à juventude.

Dessa forma, já era consenso na década de 1970 a interdependência entre o desenvolvimento econômico e social e o desenvolvimento cultural, que Mariella Pitombo (2017, p. 7) designou como a "virada antropológica" da UNESCO:

Se antes prevalecia uma noção identificada com as manifestações artísticas e intelectuais ligadas aos recantos iluminados da 'alta cultura', doravante, a compre-



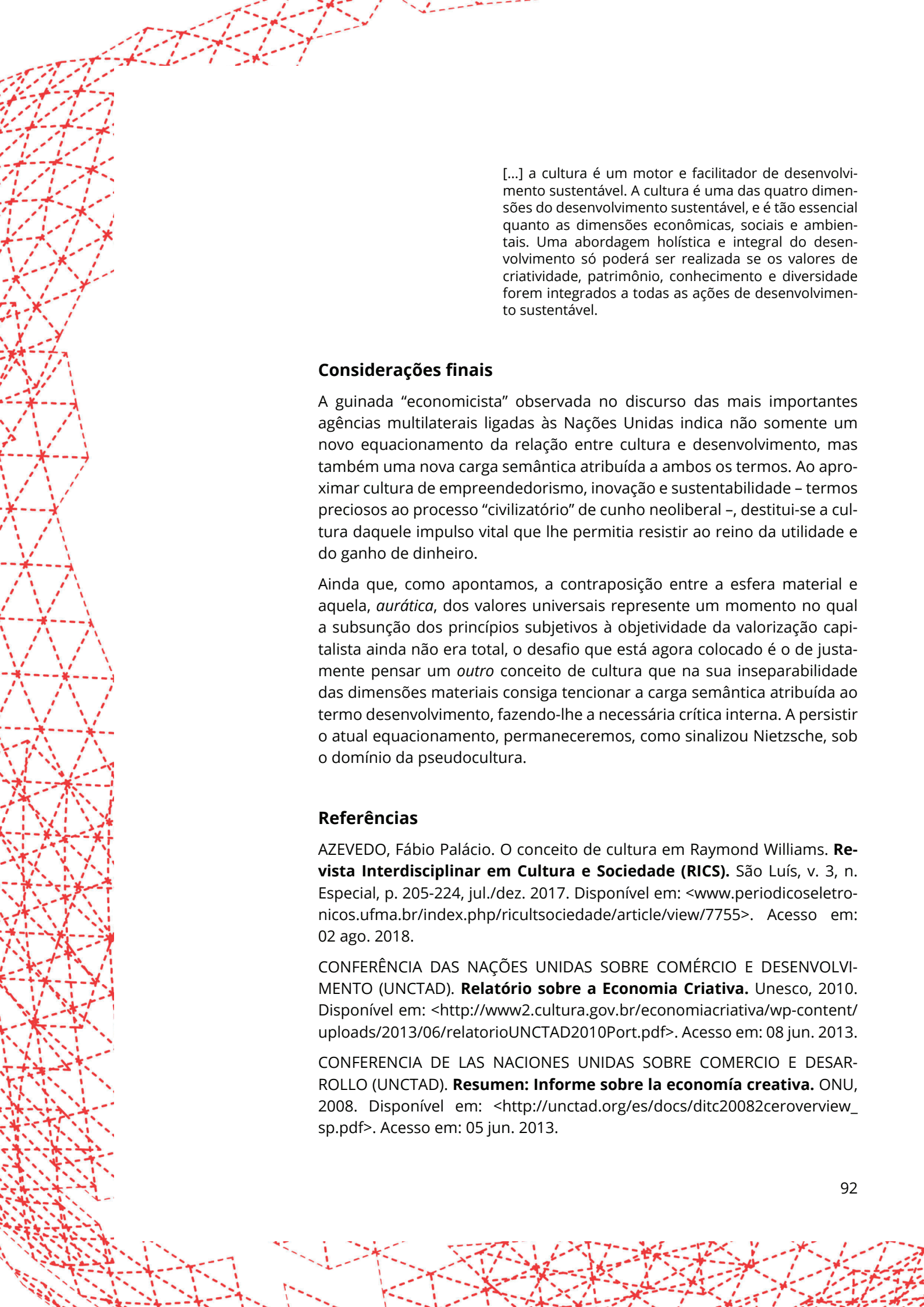
ensão do que é cultura se volta agora para sua acepção mais antropológica. Ou seja, no dizer de Canclini (1987, p. 25), ‘como el conjunto de procesos donde se elabora la significación de las estructuras sociales, se la reproduce y transforma mediante operaciones simbólicas’. Nessa concepção, entende-se a cultura como uma matriz de valores, que dá sentido à própria existência dos diferentes povos, fazendo emergir desse conceito um outro que lhe constitui – o da diversidade cultural.

Durante a ofensiva neoliberal da década de 1980, quando se observou um encolhimento dos ideais defendidos pela Unesco e o protagonismo dos agentes financeiros, reafirmou-se, entretanto, a ideia de cultura como “veículo de transmissão do comportamento social e fonte dinâmica de transformação e liberdade” (CUÉLLAR, 1997, p. 16), bem como a indissociabilidade entre cultura e desenvolvimento. Será, entretanto, no início dos anos 2000 que um novo equacionamento, mais afeito à “nova razão do mundo” (LAVAL; DARDOT, 2013), ganha força se espalhando pelas demais agências das Nações Unidas.

Como já analisamos anteriormente, a partir de 2004 a UNCTAD, com a realização de sua IX Conferência na cidade de São Paulo, inseriu um novo termo na agenda política do desenvolvimento das nações: as indústrias criativas (LOPES, 2013, 2015). As origens desse termo remontam à década de 1990, ao projeto do primeiro-ministro australiano Paul Keating intitulado “Nação Criativa” e às tentativas do governo inglês de Tony Blair em fazer frente à crise econômica então em curso, por meio de políticas públicas voltadas para esse setor:

[...] aquelas indústrias que têm sua origem em criatividade individual, habilidade e talento, e as quais têm um potencial para riqueza e criação de empregos através da geração e exploração da propriedade intelectual [...]. [Essas indústrias] incluem publicidade, arquitetura, o mercado de arte e antiguidades, artesanato, design, moda, filme e vídeo, software interativo de entretenimento, música, artes performáticas, publicação, software e jogos de computador, televisão e rádio. (LANDRY, 2008, p. xl, tradução nossa)

Foi a partir dos esforços das Nações Unidas que criatividade, conhecimento e acesso à informação passam a ser considerados “potentes motores do crescimento econômico e da promoção do desenvolvimento” (CONFERÊNCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE COMERCIO E DESARROLLO, 2008, p. 61). Ao adquirir nova carga semântica, a cultura passa a ser tida como um dos recursos estratégicos da “nova economia” e da promoção da inovação e do desenvolvimento sustentável. Como afirmam os signatários do documento “O futuro que queremos integra a cultura”, lançado em 2015 após o PNUD ter publicado a Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015 apud OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL, 2015),



[...] a cultura é um motor e facilitador de desenvolvimento sustentável. A cultura é uma das quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, e é tão essencial quanto as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Uma abordagem holística e integral do desenvolvimento só poderá ser realizada se os valores de criatividade, patrimônio, conhecimento e diversidade forem integrados a todas as ações de desenvolvimento sustentável.

Considerações finais

A guinada “economicista” observada no discurso das mais importantes agências multilaterais ligadas às Nações Unidas indica não somente um novo equacionamento da relação entre cultura e desenvolvimento, mas também uma nova carga semântica atribuída a ambos os termos. Ao aproximar cultura de empreendedorismo, inovação e sustentabilidade – termos preciosos ao processo “civilizatório” de cunho neoliberal –, destituiu-se a cultura daquele impulso vital que lhe permitia resistir ao reino da utilidade e do ganho de dinheiro.

Ainda que, como apontamos, a contraposição entre a esfera material e aquela, *aurática*, dos valores universais represente um momento no qual a subsunção dos princípios subjetivos à objetividade da valorização capitalista ainda não era total, o desafio que está agora colocado é o de justamente pensar um *outro* conceito de cultura que na sua inseparabilidade das dimensões materiais consiga tencionar a carga semântica atribuída ao termo desenvolvimento, fazendo-lhe a necessária crítica interna. A persistir o atual equacionamento, permaneceremos, como sinalizou Nietzsche, sob o domínio da pseudocultura.

Referências

AZEVEDO, Fábio Palácio. O conceito de cultura em Raymond Williams. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**. São Luís, v. 3, n. Especial, p. 205-224, jul./dez. 2017. Disponível em: <www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociety/article/view/7755>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **Relatório sobre a Economia Criativa**. Unesco, 2010. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/economiacriativa/wp-content/uploads/2013/06/relatorioUNCTAD2010Port.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE COMERCIO E DESARROLLO (UNCTAD). **Resumen: Informe sobre la economía creativa**. ONU, 2008. Disponível em: <http://unctad.org/es/docs/ditc20082ceroverview_sp.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.



CUÉLLAR, Javier Pérez. (Org.) Nossa Diversidade Criadora. **Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento**. Campinas: Papirus; Brasília: Unesco, 1997.

GLASER, André Luiz. **Materialismo Cultural**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo:USP, 2008. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-03082009-151710/pt-br.php> Acesso em 28 setembro 2018.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LAVAL, Christin; DARDOT, Pierre. **La nueva razón del mundo**. Barcelona: Gedisa, 2013.

LANDRY, Charles. **The Creative City: a toolkit for urban innovators**. London: Earthscan, 2008.

LOPES, Ruy Sardinha. Uma nova agenda para a cultura: o discurso da economia criativa no governo Rouseff. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. 1.ed. Salvador: EDUFBA, 2015.

_____. Cultura a jusante: cultura e desenvolvimento a serviço do Brasil. In: KISCHINHEVSKY, Marcelo. (Org.). **Políticas públicas e pluralidade na comunicação e na cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

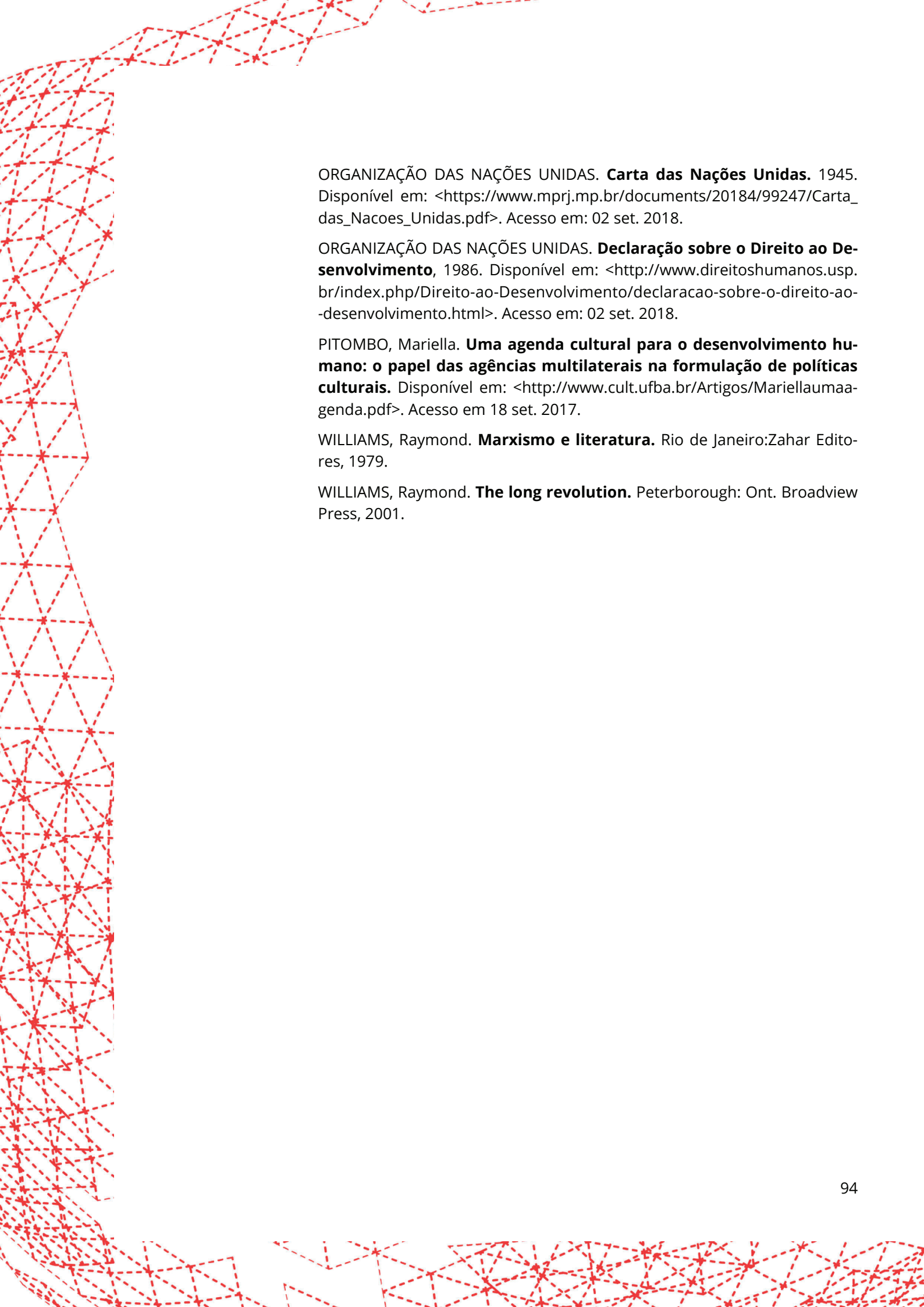
MACHADO, João Guilherme; PAMPLONA, João Batista. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1. Campinas, p. 53-84, abr. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a03v17n1.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

MOURA, Caio. Cultura, civilização e barbárie do ponto de vista da crítica de Nietzsche aos alemães. **Cadernos Nietzsche**, n. 27, p. 191-211, 2010. Disponível em: <http://gen.fflch.usp.br/sites/gen.fflch.usp.br/files/u41/Cadernos_Nietzsche_27_191_211.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. O advento dos conceitos de cultura e civilização: sua importância para a consolidação da autoimagem do sujeito moderno. **Filosofia Unisinos**, v. 10, n. 2, p. 157-173, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/5015/2266>>. Acesso em: 19 maio 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Loyola, 2004.

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL. **O futuro que queremos integra a cultura**. 2015. Disponível em: <<http://observatoriodadiversidade.org.br/site/o-futuro-que-queremos-integra-a-cultura/>>. Acesso em: 18 set. 2017.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/99247/Carta_das_Nacoes_Unidas.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**, 1986. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>>. Acesso em: 02 set. 2018.

PITOMBO, Mariella. **Uma agenda cultural para o desenvolvimento humano: o papel das agências multilaterais na formulação de políticas culturais**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/Artigos/Mariellaumaa-genda.pdf>>. Acesso em 18 set. 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro:Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **The long revolution**. Peterborough: Ont. Broadview Press, 2001.